



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**  
**Estado de Minas Gerais**

**PROJETO DE LEI Nº 02, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, COM A FINALIDADE DE APLICAR OS RECURSOS DA CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DO PRÉ-SAL, CONFORME LEI FEDERAL Nº13.885, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que o povo do Município de Delfim Moreira, através de seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir, mediante decreto, crédito adicional especial às dotações do orçamento vigente no valor de R\$461.580,31 (quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e um centavos), para criar dotação orçamentária, com a finalidade de aplicar os recursos da cessão onerosa do bônus do Pré-Sal, conforme Lei Federal nº13.885, de 17 de outubro de 2019, conforme disposto nos artigos 40 a 43 da Lei nº. 4.320/64.

**Art. 2º** Fica criada a fonte de destinação de recursos e na natureza de despesa abaixo relacionada, incorporando-a e o seu respectivo valor na seguinte dotação do Orçamento do exercício de 2020:

CÓDIGO	ELEMENTO	FONTE	DESCRIÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
02.02.01.04.122.0003.2.177	44.90.52.00	160	Aquisição de Veículos e Equipamentos	128.000,00
02.05.01.23.695.0012.1.106	44.90.51.00	160	Construção do Parque Municipal	328.964,51
02.03.01.04.846.0003.2.176	33.90.47.00	160	Contribuição ao PASEP bônus do Pré Sal	4.615,80
TOTAL				<b>461.580,31</b>

**Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado promover as alterações necessárias para compatibilização ao PPA e LDO, nos termos do art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei Complementar nº. 101/00.

**Art. 3º** Para fazer face à despesa estipulada no artigo 2º, fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes de superávit financeiro e excesso de arrecadação de recursos provenientes da cessão onerosa do Pré-Sal, conforme disposto nos incisos I e II do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de



---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**  
***Estado de Minas Gerais***

---

R\$461.580,31 (quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e um centavos).

**Art. 4º** Poderá o Poder Executivo quando necessário suplementar ou anular as dotações originárias desse crédito especial até o valor de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Delfim Moreira, 10 de fevereiro de 2020.

JOSÉ FERNANDO COURA  
Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA

### *Estado de Minas Gerais*

#### MENSAGEM

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Apresentamos a esta Egrégia Casa Legislativa Projeto de Lei que AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, COM A FINALIDADE DE APLICAR OS RECURSOS DA CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DO PRÉ-SAL, CONFORME LEI FEDERAL Nº13.885, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019, no valor de R\$461.580,31 (quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e um centavos).

A proposta demonstra quais as dotações estão recebendo recursos destinadas a **despesas com investimentos, para construção do Parque Municipal, retenção do PASEP, e, aquisição de 01 (um) ônibus para atender a população, especialmente da zona rural**, as quais serão arcadas pelas receitas dos recursos da cessão onerosa do bônus do pré-sal, conforme lei federal nº13.885, de 17 de outubro de 2019, e dá outras providências.

Como é do conhecimento de todos os vereadores, a alteração do orçamento é um procedimento previsto na Lei Federal 4320/64, nos artigos 40 a 43, sendo que o artigo 42 determina que estes créditos adicionais dependam de autorização legislativa.

As dotações orçamentárias a serem criadas com base na lei resultante deste projeto ocorrerá por decreto, o qual será também enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para análise de sua legalidade, como é de praxe.

Na Nota Técnica SEI nº 11490/2019/ME da Secretaria do Tesouro Nacional/ Ministério da Economia apresenta orientações sobre o registro da receita oriunda da Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Pré-Sal para Municípios e Estados e suas aplicações, da qual destaca-se:

- quanto ao aspecto orçamentário, a natureza de receita mais adequada é de Outras Transferências da União - Principal, código 1.7.1.8.99.1.1;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA

### *Estado de Minas Gerais*

- que esses recursos constitui uma receita corrente, portanto, entrará no computo da RCL – Receita Corrente Líquida, sendo base de cálculo para os gastos de pessoal;
- que os recursos oriundos dessa arrecadação deverão ser destinados para despesas previdenciárias e investimentos;
- quanto às leis orçamentárias, como o recurso foi estabelecido em lei sancionada recentemente, provavelmente o orçamento do ente não previu tal receita e por conseguinte não há despesa fixada. Assim, **para executar despesas neste ano de 2020, o ente deverá aprovar créditos adicionais, na modalidade suplementar ou especial, indicando como fonte o excesso de arrecadação ou superávit financeiro.** Caso os recursos sejam utilizados em 2020 e o orçamento já esteja aprovado, o ente poderá executar despesas, também mediante a aprovação de créditos adicionais, indicando como fonte o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior. De qualquer forma, a execução de despesas com os recursos oriundos da cessão onerosa do bônus de assinatura do Pré-Sal deverá ser precedida de autorização legislativa.

Por último, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG nesta data de 05/12/2019 publicou o “Comunicado SICOM nº 30/2019” com o seguinte conteúdo:

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria para Desenvolvimento do Sicom, comunica a criação de código de classificação por fonte de recursos, para aplicação a partir do exercício financeiro de 2019, para os valores que serão transferidos pela União relativos à distribuição entre os municípios de 15% da arrecadação com os leilões dos volumes excedentes de petróleo, conforme previsão da Lei nº 13.885, de 17 de outubro de 2019.

De acordo com a previsão do §3º do art. 1º da Lei nº 13.885/2019, os municípios destinarão os recursos de que trata o caput do referido artigo alternativamente para:

- criação de reserva financeira específica para **pagamento das despesas previdenciárias** com os fundos previdenciários de servidores públicos ou com as contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, inclusive os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias e os de contribuições incidentes sobre o décimo terceiro salário, do respectivo ente e de todas as pessoas jurídicas de direito público e privado integrantes de sua administração direta e indireta, ressalvadas as empresas estatais independentes, vincendas até o exercício financeiro do ano subsequente ao ano da transferência de recursos pela União; ou



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA

### Estado de Minas Gerais

- **investimento.**

Face ao exposto, considerando a necessidade de controle e acompanhamento da origem e aplicação dos referidos recursos, **fica criada a fonte de recursos 60 – Transferência da União da parcela dos Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção.**

Informa que o Sicom observará os procedimentos da Nota Técnica SEI nº 11.490/2019/ME do Ministério da Economia, que dispõe sobre “Orientações sobre o Registro da Receita oriunda da Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Pré-Sal para Municípios e Estados”, como se segue:

1. Contabilização da receita:

Informação patrimonial: deve ser reconhecida uma variação patrimonial aumentativa – 4.5.2.1.3.99.00 Outras Participações na Receita da União.

Informação orçamentária: classificação da natureza de receita no código 1.7.1.8.99.1.1 – Outras Transferências da União – Principal.

No arquivo REC – Detalhamento das Receitas do Mês deve ser informada a natureza da receita citada com a fonte de recurso 160 – *Transferência da União da parcela dos Bônus de*

*Assinatura de Contrato de Partilha de Produção.*

No ementário da receita deste Tribunal, a referida natureza está associada à fonte de origem (Y). Portanto não será necessária nenhuma alteração no documento.

2. O recurso comporá a receita corrente líquida e, por não constituir uma receita tributária, não comporá a base de cálculo para a aplicação dos mínimos legais/constitucionais como saúde e educação ou Fundeb.
3. Aplicação do recurso nas despesas previdenciárias e/ou investimentos. Como não houve detalhamento das áreas a serem aplicadas, o ente poderá optar por em aplicar o recurso em investimentos em saúde e educação; no entanto, não será computado para fins de aplicação dos mínimos constitucionais.
4. Para a execução das despesas em 2019, como não há despesa fixada, o ente deverá aprovar créditos adicionais, suplementares ou especiais, indicando como fonte o excesso de arrecadação.

No registro 14 do arquivo AOC, os créditos adicionais abertos devem ser informados com a fonte de recursos “160” para o excesso de arrecadação, observando-se a mesma fonte no campo “**codFonteCTB**” do registro 12 – Movimentação Financeira das Ordens de Pagamento do arquivo OPS.

5. Para a execução das despesas em 2020, caso o orçamento já esteja aprovado, o ente deverá aprovar créditos adicionais, suplementares ou especiais, indicando como fonte o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

No registro 14 do arquivo AOC, os créditos adicionais abertos, no exercício de 2020, devem ser informados com a fonte de recursos “260” para o superávit financeiro, observando-se a mesma fonte no campo “**codFonteCTB**” do registro 12 – Movimentação Financeira das Ordens de Pagamento do arquivo OPS.

Cumprir destacar que o sistema está em fase de desenvolvimento para permitir a recepção da fonte de recursos “60” e estará disponível oportunamente.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**

### ***Estado de Minas Gerais***

**Diante da criação de uma nova Fonte e Destinação de Recursos (160), a qual não foi prevista no Orçamento de 2020, pois a Lei Federal nº13.885 só foi publicada em 17/10/2019, a Nota Técnica SEI nº 11490/2019/ME só foi publicada em 22/11/2019 e o “Comunicado SICOM nº 30/2019” do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG que criou a fonte 160 só foi publicado no dia 05/12/2019, ou seja, todas publicações bem após o envio da proposta orçamentária à essa egrégia Casa Legislativa; assim sendo, faz-se necessário apresentar este projeto de lei. Reforça-se, todos os municípios de MG só tomaram conhecimento da necessidade de criar a fonte 160 no orçamento para 2020 após o dia 05/12/2019, razão pela qual, já no primeiro dia útil deste ano é apresentado um projeto de alteração da Lei Orçamentária que também entre em vigor hoje.**

Contando mais uma vez com o espírito público que tem comandado as ações desta Edilidade, apresento cordiais saudações.

Prefeitura Municipal de Delfim Moreira, 10 de fevereiro de 2020.

**JOSÉ FERNANDO COURA**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**  
***Estado de Minas Gerais***

OFÍCIO Nº : 06/2020

ASSUNTO : PROJETO DE LEI – ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

SERVIÇO : Gabinete do Prefeito

DATA : 10/02/2020

Senhor Presidente,

Pelo presente estamos encaminhando a esta Egrégia Casa Legislativa, Projeto de Lei nº 06/2020, que requer autorização para que o Executivo Municipal possa realizar abertura de crédito adicional especial ao Orçamento Geral do Município no valor de R\$461.580,31 (quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e um centavos), para a apreciação e votação dos nobres Vereadores **em regime de urgência urgentíssima**, com a finalidade de aplicar os recursos da cessão onerosa do bônus do Pré-Sal, conforme Lei Federal nº13.885, de 17 de outubro de 2019.

Na oportunidade, renovamos a V. Ex<sup>a</sup> e demais Edis votos de real apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

**JOSÉ FERNANDO COURA**

Prefeito Municipal

Ao

Ilmo. Sr.

**THIAGO SIQUEIRA MARQUES**

Vereador Presidente da Câmara Municipal de Delfim Moreira - MG